

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**(PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 20/2017 - GAP-PV)**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**GRUPAMENTO DE APOIO DE PORTO VELHO (GAP-PV)**

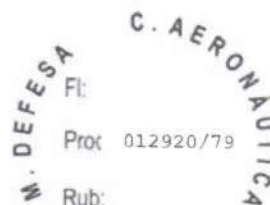
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 20/2017 - GAP-PV  
PROCESSO COMAER N° 67293.012920/2016-79 / PAG N° 272/BAPV/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 58/2017 - GAP-PV (UASG 120641)

A UNIÃO, representada pelo GRUPAMENTO DE APOIO DE PORTO VELHO (GAP-PV), sediada à Avenida Lauro Sodré, s/n°, Bairro Belmont, Porto Velho-RO, inscrita no CNPJ sob o n° 00.394.429/0119-00, neste ato representada pelo Major Intendente RENATO DA SILVA DOS SANTOS, Chefe do GAP-PV e Ordenador de Despesas nomeado pela Portaria n° 1078/GC1, de 21 de julho de 2017, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica n° 126, de 25 de julho de 2017, inscrito no CPF n° 051.544.037-03, e em conformidade com as atribuições que lhe foram conferidas pelo Comandante da Aeronáutica, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICO, para REGISTRO DE PREÇOS n.º 20/2017 - BAPV, dada a público no D.O.U. de 01 de agosto de 2017, processo protocolado sob o n.º 67293.012920/2016-79 (PAG 272/BAPV/2016), RESOLVE registrar os preços da empresa HAZA CONSTRUÇÕES DE EDIFÍCIOS LTDA - EPP, CNPJ n° 17.278.082/0001-33, de acordo com a classificação por ela alcançada, por item, na quantidade e preços cotados, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório da licitação e seus Anexos e às constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as Partes às normas constantes da Lei n° 10.520/2002, do Decreto n° 5.450/2005, do Decreto n° 7.892/2013, da Lei n° 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto n° 3.722/2001, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2/2010, da Lei Complementar n° 123/2006, do Decreto n° 8.538/2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n° 8.666/1993 e suas modificações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à execução de reparações em instalações prediais - SERVIÇOS DE PINTURA - sob a responsabilidade patrimonial da Prefeitura de Aeronáutica de Porto Velho (PAPV) e GRUPAMENTO DE APOIO DE PORTO VELHO (GAP-PV), com fornecimento de todo o material e mão de obra qualificada, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 20/2017 - GAP-PV, seu Termo de Referência, proposta de preços e itens adjudicados em



**GAP - PV**

favor da empresa em pauta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata independentemente de transcrição.

1.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao detentor do Registro de Preços a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## **2. DO DETENTOR DA ATA REGISTRADA**

2.1. A partir da data de vigência desta Ata de Registro de Preços, ficam registrados no Comando da Aeronáutica - GRUPAMENTO DE APOIO DE PORTO VELHO (GAP-PV), UASG 120641, para o adjudicatário abaixo destacado, as especificações, quantidades, unidades de fornecimento e preços dos itens a serem contratados eventualmente visando atender às necessidades desta Organização Militar, abrangendo todas as condições previamente estabelecidas.

**Detentor da Ata: HAZA CONSTRUCOES DE EDIFICIOS LTDA - EPP**

**CNPJ n°: 17.278.082/0001-33**

**Endereço: Rua Tomé de Souza 241, CJ Dom Pedro, Manaus - AM**

**CEP: 69.040-190**

**Telefone/Fac-símile: (092) 9912-8617 / (092) 9168-1827 / (092) 99309-0685**

**Endereço eletrônico de e-mail na Internet: hazaconstrutora@gmail.com**

**Representante/Administrador: HARYSON OTACY BRITO ROMBALDI**

**CPF n°: 717.749.982-20**

**Documento de Identificação / Órgão Expedidor-UF: 230226-4 SSP/AM**

## **3. DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES**

3.1. Em observância ao disposto no Capítulo VI do Decreto n° 7.892/2013, a formação do Cadastro de Reserva de fornecedores para esta Ata SRP, no caso de exclusão do detentor desta Ata nas hipóteses previstas nos Art. 20 e 21 do Decreto n° 7.892/2013, seguirá a ordenação constante no sítio do COMPRASNET.

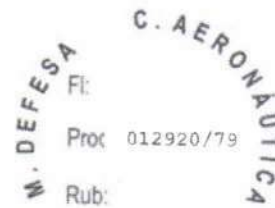
## **4. DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

## **5. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, esta Ata SRP, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública Federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, respeitadas as condições e as regras estabelecidas no Decreto n°





GAP-PV

7.892/2013, e na Lei n° 8.666/1993, observados quaisquer outros dispositivos pertinentes vigentes quanto à adesão à Ata SRP por órgão não dela participa.

5.1.1. Os Órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso desta Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, conforme § 1° do Art. 22 do Decreto n° 7.892/2013.

5.1.2. Caberá ao fornecedor detentor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, conforme § 2° do Art. 22 do Decreto n° 7.892/2013.

5.1.3. As aquisições ou contratações adicionais decorrentes de adesão não poderão exceder, por Órgão ou entidade não participante do Registro de Preços, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, conforme § 3° do Art. 22 do Decreto n° 7.892/2013.

5.1.3.1. O quantitativo decorrente das autorizações de adesões a esta Ata SRP não excederá, na totalidade do quantitativo autorizado para adesão, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem, conforme § 4° do Art. 22 do Decreto n° 7.892/2013.

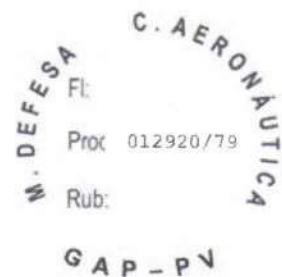
5.1.4. O Órgão Gerenciador somente autorizará adesão a esta Ata após a primeira aquisição ou contratação por Órgão integrante da Ata SRP advinda desta licitação, na conformidade do prescrito no § 5° do Art. 22 do Decreto n° 7.892/2013.

5.1.4.1. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão Não Participante e solicitante da adesão deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência desta Ata, conforme § 6° do Art. 22 do Decreto n° 7.892/2013.

5.1.4.2. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao Órgão aderente a total responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, obrigando-se a comunicar o fato ao Órgão Gerenciador, conforme § 7° do Art. 22 do Decreto n° 7.892/2013.

5.2. O Órgão CONTRATANTE, antes de contratar com o fornecedor registrado, irá assegurar-se que a contratação pretendida atende a seus interesses e ao interesse público, sobretudo quanto aos valores praticados, visando à proteção do recurso e investimento público.

5.3. Não há Órgãos Participantes para este processo.



## 6. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

6.1. O preço unitário registrado, a especificação do item e o quantitativo a ser adquirido eventualmente encontram-se elencados na presente Ata, juntamente com a empresa detentora do registro de preços e as condições de fornecimento estabelecidas pelo Instrumento Convocatório da licitação pertinente.

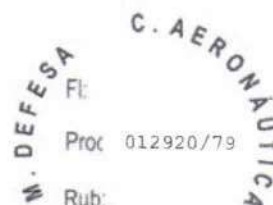
6.1.1. As empresas constantes do Cadastro de Reserva de fornecedores também concordaram em fornecer os itens registrados nesta ata, nas mesmas condições da detentora deste registro de Preços, conforme Sessão Pública desta licitação.

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO	UND FORN	QTD REG	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	FABRICANTE MARCA	MODELO E/OU REFERÊNCIA DO FABRICANTE
1	LOCAÇÃO MENSAL DE ANDAIME METÁLICO TIPO FACHADEIRO, INCLUSIVE MONTAGEM	M2	2000	6,32	12.640,00	SVÇ	SVÇ
2	LOCAÇÃO DE ANDAIME METÁLICO TUBULAR TIPO TORRE	M/MES	2000	13,43	26.860,00	SVÇ	SVÇ
3	REMOÇÃO DE PINTURA A OLEO/ESMALTE SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA	M2	850	12,16	10.336,00	SVÇ	SVÇ
4	REMOÇÃO DE PINTURA PVA/ACRILICA	M2	9800	9,78	95.844,00	SVÇ	SVÇ
5	REMOÇÃO DE VERNIZ SOBRE MADEIRA	M2	500	5,83	2.915,00	SVÇ	SVÇ
6	EMASSAMENTO COM MASSA A OLEO, UMA DEMÃO	M2	500	14,74	7.370,00	SVÇ	SVÇ
7	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF 06/2014	M2	4350	21,78	94.743,00	SVÇ	SVÇ
8	EMASSAMENTO DE PAREDE INTERNA COM MASSA CORRIDA A BASE DE PVA COM DUAS DEMÃOS, PARA PINTURA LÁTEX	M2	5250	12,45	65.362,50	SVÇ	SVÇ
9	EMASSAMENTO DE PAREDE EXTERNA COM MASSA ACRILICA COM DUAS DEMÃOS, PARA PINTURA LÁTEX	M2	4750	14,55	69.112,50	SVÇ	SVÇ
10	PINTURA ESMALTE BRILHANTE (2 DEMÃOS) SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA, INCLUSIVE PROTEÇÃO COM ZARCO (1 DEMÃO)	M2	1650	37,64	62.106,00	SVÇ	SVÇ
11	PINTURA ESMALTE ACETINADO, DUAS DEMÃOS, SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA	M2	650	24,42	15.873,00	SVÇ	SVÇ
12	PINTURA ESMALTE BRILHANTE PARA MADEIRA, DUAS DEMÃOS, SOBRE FUNDO NIVELADOR BRANCO	M2	500	20,21	10.105,00	SVÇ	SVÇ
13	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX PVA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF 06/2014	M2	3800	8,66	32.908,00	SVÇ	SVÇ
14	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX	M2	7.900	7,49	59.171,00	SVÇ	SVÇ



GAP - PV

	PVA EM PAREDES, DUAS DEMAOS. AF 06/2014						
15	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMAOS. AF 06/2014	M2	4.800	12,04	57.792,00	SVÇ	SVÇ
16	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMAOS. AF 06/2014	M2	8.700	10,34	89.958,00	SVÇ	SVÇ
17	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA SEMI BRILHO EM TETO, DUAS DEMASOS. AF 06/2014	M2	1.600	10,83	17.328,00	SVÇ	SVÇ
18	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA SEMI BRILHO EM PAREDES, DUAS DEMASOS. AF 06/2014	M2	4.200	8,99	37.758,00	SVÇ	SVÇ
19	PINTURA ACRILICA EM PISO CIMENTADO DUAS DEMASOS	M2	1850	14,31	26.473,50	SVÇ	SVÇ
20	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, DUAS CORES. AF 06/2014	M2	450	16,61	7.474,50	SVÇ	SVÇ
21	TEXTURA ACRILICA EM PAREDE INTERNA OU EXTERNA COM UMA DEMAO	M2	450	14,71	6.619,50	SVÇ	SVÇ
22	CAIACAO INT OU EXT SOBRE REVESTIMENTO LISO C/ADOCACAO DE FIXADOR COM COM DUAS DEMASOS	M2	2200	9,31	20.482,00	SVÇ	SVÇ
23	CAIACAO EM MEIO FIO	M2	1500	3,59	5.385,00	SVÇ	SVÇ
24	PINTURA EM VERNIZ SINTETICO BRILHANTE EM MADEIRA, TRES DEMASOS	M2	300	16,46	4.938,00	SVÇ	SVÇ
25	VERNIZ SINTETICO BRILHANTE, 2 DEMASOS	M2	800	16,33	13.064,00	SVÇ	SVÇ
26	APLICACAO DE RESINA SOBRE SUPERFICIE DE PEDRAS DECORATIVAS, 3 DEMASOS	M2	450	19,76	8.892,00	SVÇ	SVÇ
27	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMAO. AF 06/2014	M2	300	1,73	519,00	SVÇ	SVÇ
28	FUNDO ANTICORROSIVO A BASE DE OXIDO DE FERRO (ZARCAO), DUAS DEMASOS	M2	950	17,93	17.033,50	SVÇ	SVÇ
29	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	M2	1.000	13,63	13.630,00	SVÇ	SVÇ
30	IMPERMEABILIZACAO DE SUPERFICIE COM CIMENTO ESPECIAL CRISTALIZANTE COM ADESIVO LIQUIDO DE ALTA PERFORMANCE A BASE DE RESINA ACRÍLICA, UMA DEMAO.	M2	710	26,13	18.552,30	SVÇ	SVÇ
31	PROTECAO MECANICA DE SUPERFICIE COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRACO 1:7, E=1,5 CM	M2	1.010	27,32	27.593,20	SVÇ	SVÇ
32	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	10.000	2,75	27.500,00	SVÇ	SVÇ
33	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE (ENCARREGADO)	MÊS	3	4.549,93	13.649,79	SVÇ	SVÇ



GAP - PV

**7. DAS QUANTIDADES E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

**7.1. QUANTIDADE MÁXIMA:** é a quantidade máxima da unidade de fornecimento registrada pela Administração no Sistema de Administração de Serviços Gerais (SIASG), durante a vigência da Ata de Registro de Preços, visando ao controle de quantitativos que poderão ser eventualmente contratados.

**7.2. QUANTIDADE MÍNIMA:** é a quantidade mínima da unidade de fornecimento a ser eventualmente CONTRATADA em cada emissão de Nota de Empenho, enquanto houver quantitativo disponível para empenho registrado no SIASG, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**7.3. O GRUPAMENTO DE APOIO DE PORTO VELHO (GAP-PV)** é o Órgão Responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços (Órgão Gerenciador) gerada por esta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos Órgãos Públicos usuários, o adjudicatário para o qual será emitido o pedido de eventual contratação.

**7.4.** A empresa detentora desta Ata de Registro de Preços poderá ser convocada eventualmente a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições previamente estabelecidas.

**7.5.** As contratações serão efetuadas mediante expedição de Nota de Empenho por parte da CONTRATANTE em nome do detentor do preço registrado.

**7.6.** A empresa detentora desta Ata de Registro de Preços, quando regularmente convocada, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para retirar a Nota de Empenho ou aceitá-la mediante recibo, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e legais.

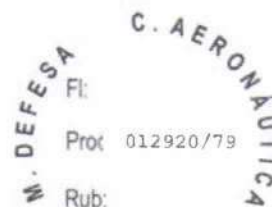
**7.6.1.** Na ocorrência de fato superveniente, o prazo previsto anteriormente poderá ser prorrogado por igual período mediante solicitação escrita e justificada da empresa detentora desta Ata de Registro de Preços, desde que devidamente aceita pela Administração.

**7.7.** A Nota de Empenho poderá ser encaminhada para o endereço de e-mail informado nesta Ata de Registro de Preços, com confirmação de recebimento enviada pelo sistema. Caso o detentor da Ata pertinente não se manifeste até o segundo dia útil após o recebimento do e-mail, a Nota de Empenho será considerada recebida e aceita pelo detentor da Ata.

**7.8.** Antes da emissão da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, a Administração realizará consulta online ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para averiguação de regularidade e comprovação da manutenção das condições iniciais de habilitação da licitante nesta licitação, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

**7.9.** A empresa detentora desta Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas e durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial atenção à regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de aplicação das sanções administrativas.





GAP - PV

7.10. A empresa detentora desta Ata de Registro de Preços, quando da contratação de item pertinente e devidamente adjudicado a si, deverá entregá-lo no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da retirada da Nota de Empenho ou de sua aceitação mediante recibo, em dias e horários de expedientes administrativos, no GRUPAMENTO DE APOIO DE PORTO VELHO (GAP-PV) (Avenida Lauro Sodré s/n°, Bairro Aeroporto, Porto Velho - RO, próximo ao Aeroporto Internacional Governador Jorge Teixeira).

7.11. A entrega de item contratado será acompanhada e fiscalizada pela Administração do GAP-PV, permitida a assistência de terceiros conforme conveniência.

7.12. Nos termos legais, o objeto desta licitação será recebido:

7.12.1. Provisoriamente, até o quinto dia útil após a finalização da execução do objeto contratado, visando à verificação das conformidades ajustadas no Termo de Referência.

7.12.2. Definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da adequação do objeto executado aos termos contratuais.

7.13. A aceitação e o recebimento do objeto executado ficarão sujeitos à estrita observação dos critérios estabelecidos no Termo de Referência pertinente, inclusive.

7.14. O prazo para a execução do objeto poderá ser prorrogado, quando solicitado pela CONTRATADA, antes do seu vencimento, desde que ocorra fato superveniente justificado e aceito pela Administração.

7.15. O objeto executado, caso seja rejeitado pela Fiscalização, por motivos acordados no processo licitatório, não será recebido para a liquidação da Nota Fiscal e conseqüente pagamento, devendo ser imediatamente reparado ou substituído às custas da CONTRATADA no prazo de 5 (cinco) dias úteis sob pena de aplicação das penalidades previstas.

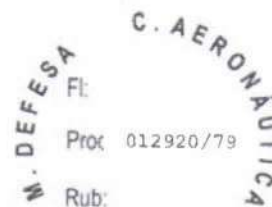
7.16. O Agente da Administração designado para recebimento do objeto contratado deverá, por ocasião do recebimento:

7.16.1. Verificar o cumprimento das características e especificações constantes no Edital, Termo de Referência e respectiva Nota de Empenho, com relação ao objeto executado pela CONTRATADA.

7.16.2. Confrontar a descrição do objeto registrado a ser entregue, com relação a descrição do objeto constante da Nota Fiscal, de forma a constatar o cumprimento das condições previamente estabelecidas e registradas em sua proposta de preços.

7.16.3. Anotar, documentar em registro próprio e circunstanciado e juntar no processo todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização e correção das faltas ou defeitos observados.

7.16.3.1. O objeto não será recebido em desacordo com as verificações propostas e ficará ressalvado para posterior demanda administrativa.



GAP - PV

7.16.4. Cumprir os prazos para recebimento do objeto executado.

#### 8. DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. As responsabilidades e obrigações das Partes se encontram registradas no Termo de Referência pertinente, parte integrante desta Ata de Registro de Preços, que se encontra em anexo.

#### 9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Será instituída Fiscalização no sentido de acompanhar o recebimento do objeto contratado em consonância com as especificações e critérios estipulados no Termo de Referência.

9.2. O acompanhamento da execução do objeto pela Fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA, em nenhuma hipótese, com relação as suas obrigações, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus Agentes e prepostos, de conformidade com a legislação vigente.

9.3. A Fiscalização promoverá o registro das ocorrências verificadas na execução do objeto, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das exigências estabelecidas.

#### 10. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto ao fornecedor, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do Art. 65 da Lei n° 8.666/1993.

10.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.2.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

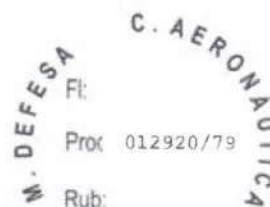
10.2.2. A ordem de classificação do fornecedor que aceitar reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

10.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

10.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.





GAP - PV

10.3.2.1. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.4. O registro do fornecedor será cancelado quando este:

- 10.4.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- 10.4.2. Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 10.4.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 10.4.4. Sofrer sanção administrativa prevista nos incisos III ou IV do caput do Art. 87 da Lei n° 8.666/1993, ou no Art. 7° da Lei n° 10.520/2002.

10.5. O cancelamento do Registro de Preços será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, à exceção do motivo da não aceitação, por parte do fornecedor, em reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

10.6. O cancelamento do Registro de Preços poderá ocorrer por fato superveniente, assim entendido diante da ótica legal, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- 10.6.1. Por razão de interesse público; ou
- 10.6.2. A pedido do fornecedor.

## 11. DA CONVOCAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES

11.1. Na hipótese de exclusão do detentor desta Ata SRP, por cancelamento de seu Registro de Preços, a Administração poderá convocar o Cadastro de Reserva de fornecedores registrados para, em igualdade de condições e respeitada a ordem de convocação, realizar a contratação para o fornecimento.

11.2. Uma vez convocado o fornecedor reserva e em se havendo a aceitação para o fornecimento, este passará a ser o detentor da Ata SRP, cabendo ao Órgão Gerenciador informar aos Órgãos Participantes o evento de alteração, visando futuras contratações ainda advindas desta Ata.

11.3. O novo detentor da Ata SRP assim o será pelo prazo restante de validade da Ata, podendo, haver renovação da respectiva validade da Ata por prazo não superior a 12 (doze) meses, computadas as prorrogações.

## 12. DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada automaticamente:

- 12.1.1. Por decurso de prazo de validade desta Ata SRP.
- 12.1.2. Quando não restarem fornecedores registrados.



### 13. DO PAGAMENTO

13.1. Para a execução do pagamento devido, a CONTRATADA, por ocasião da entrega do objeto executado, deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura discriminada, para liquidação e pagamento da despesa pelo GAP-PV, sendo que o pagamento será efetuado nos prazos previstos na legislação vigente, contados da data da caracterização do recebimento do objeto, mediante aceitação e atesto do responsável pelo seu recebimento definitivo nos documentos hábeis de cobrança.

13.1.1. Para a execução do pagamento a CONTRATADA deverá fazer constar, ainda, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasura e em letra legível, o nome do Banco, o número da agência e o número de sua Conta Bancária, ficando sob sua inteira responsabilidade os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido a informações erradas e/ou falta de informações.

13.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

13.2.1. Por ocasião da liquidação das Notas Fiscais emitidas, a Administração do GAP-PV, como substituto tributário, fará a retenção dos impostos devidos à União, Estado e Município, estes correlatos e pertinentes à localidade de execução do objeto.

13.2.2. A Nota Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA deverá vir discriminada com as bases de cálculo e percentuais das alíquotas correspondentes aos impostos devidos à União, Estado e Município sede do local de execução do objeto.

13.3. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do atesto certificado no verso do corpo da Nota Fiscal/Fatura, observando-se os prazos previstos em Lei.

13.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do Art. 5º, § 3º, da Lei n° 8.666/1993.

13.4. O processamento do pagamento somente será iniciado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA.

13.4.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

13.4.1.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

13.4.1.2. Em ocorrendo a hipótese considerada, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.





GAP - PV

13.5. Antes do pagamento, a CONTRATANTE realizará consulta online ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, em especial a sua regularidade fiscal e trabalhista, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

13.5.1. Caso a CONTRATADA não tenha mantido qualquer das condições iniciais de habilitação exigidas na licitação, a Administração, além de tomar as medidas legais cabíveis, tomará as seguintes providências:

13.5.1.1. Advertirá a CONTRATADA para que providencie a regularização exigida, dando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que o faça.

13.5.1.2. Sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas previstas.

13.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

13.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Ordem Bancária para pagamento.

13.8. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no processo.

13.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

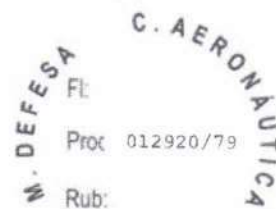
N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

13.10. A Administração do GAP-PV reserva-se ao direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto executado não estiver de acordo com as especificações licitadas e dispostas no Termo



**GAP - PV**

de Referência pertinente até que sejam corrigidas as falhas e/ou vícios ocorridos na execução do objeto para o seu devido recebimento.

**13.11.** A Administração do GAP-PV poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA nos termos da licitação.

**13.12.** A Administração do GAP-PV efetuará o pagamento somente à CONTRATADA, sendo vedado o pagamento de títulos, fichas de compensação e, ainda, qualquer proposta de indenização a terceiros ou quaisquer outras entidades estranhas ao processo.

#### **14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n° 10.520/2002, do Decreto n° 3.555/2000 e do Decreto n° 5.450/2005, e, subsidiariamente, da Lei n° 8.666/1993, a ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA que, no decorrer da vigência da Ata SRP ou da contratação:

**14.1.1.** Não retirar a Nota de Empenho ou recusar-se a recebê-la, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

**14.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**14.1.3.** Deixar de entregar documentos exigidos e necessários à continuidade do processo;

**14.1.4.** Não mantiver a proposta de preços durante a contratação;

**14.1.5.** Comportar-se de modo inidôneo;

**14.1.6.** Cometer fraude fiscal;

**14.1.7.** Fizer declaração falsa;

**14.1.8.** Fraudar a execução do objeto contratado;

**14.1.9.** Ensejar retardamento da execução do objeto contratado;

**14.1.10.** Falhar na execução do objeto contratado;

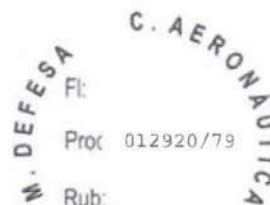
**14.1.11.** Não manter, por ocasião da contratação por emissão de Nota de Empenho, durante a validade da Ata SRP, suas condições iniciais de habilitação para a licitação pertinente;

**14.2.** A ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**14.2.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA,** preferencialmente, quando a ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA incorrer pela primeira vez em infrações administrativas, desde que a gravidade da infração não exija penalidade mais rigorosa, considerando o grau do prejuízo causado ao interesse público, observado o princípio da razoabilidade.

**14.2.1.1.** A Advertência não será proposta para casos de reincidência na mesma espécie de descumprimento, cabendo, neste caso, o enquadramento e a aplicação de outra sanção administrativa prevista.





GAP - PV

14.2.2. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO E O DESCREDENCIAMENTO NO SICAF, nos termos do Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, com a seguinte gradação:

14.2.2.1. Por até 30 (trinta) dias:

14.2.2.1.1. no descumprimento do prazo fixado para adoção de medidas corretivas, quando da aplicação da sanção de advertência.

14.2.2.2. Por até 3 (três) meses:

14.2.2.2.1. na desistência de proposta de preços, sem que haja justo motivo decorrente de fato superveniente, assim enquadrado ou entendido sob a ótica legal;

14.2.2.2.2. na arguição da inexecutabilidade dos próprios preços ofertados;

14.2.2.2.3. no descumprimento, durante a validade da Ata SRP, das suas condições iniciais de habilitação exigidas na licitação; e

14.2.2.2.4. deixar de entregar documentação que possa, por força de dispositivos legais, ser exigida durante a validade da Ata SRP.

14.2.2.3. Por até 6 (seis) meses:

14.2.2.3.1. na falta de complementação de garantia contratual, nos termos do Edital da licitação, quando assim houver tal previsão;

14.2.2.3.2. na reincidência da prática de ilícito sancionável na forma dos itens 14.2.2.1 e 14.2.2.2, em prazo inferior a 24 (vinte e quatro) meses; e

14.2.2.3.3. na aplicação de duas sanções administrativas de advertência, no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER), no prazo de 12 (doze) meses, pelo mesmo motivo durante a validade da Ata SRP.

14.2.2.4. Por até 12 (doze) meses:

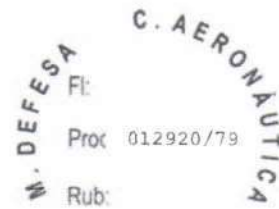
14.2.2.4.1. quando a CONTRATADA retardar imotivadamente o fornecimento dos bens ou a execução do serviço, que implique em rescisão contratual;

14.2.2.4.2. quando a CONTRATADA não quitar/saldar a multa no prazo estabelecido, nas situações em que não for possível descontar o seu valor da garantia ou dos créditos decorrentes de parcelas executadas; e

14.2.2.4.3. na reincidência de prática de ilícito sancionável na forma do item 14.2.2.3, em prazo inferior a 36 (trinta e seis) meses.

14.2.2.5. Por até 2 (dois) anos:

14.2.2.5.1. na recusa do beneficiário de Ata SRP, convocado dentro do prazo de validade da Ata



GAP - PV

SRP, a aceitar ou retirar o eventual instrumento contratual vigente; e

14.2.2.5.2. na ocasião em que deixar de entregar eventual documentação que possa vir a ser exigível durante a validade da Ata SRP.

14.2.2.6. Por até 3 (três) anos:

14.2.2.6.1. ensejar o retardamento da execução do objeto contratado; e

14.2.2.6.2. falhar na execução do objeto contratado.

14.2.2.7. Por até 5 (cinco) anos:

14.2.2.7.1. na prática de ato ilícito, visando a frustrar os objetivos da licitação, tais como: a formação de conluio ou de cartel;

14.2.2.7.2. na apresentação de documentos "fraudulentos", "adulterados", "falsos" ou "falsificados";

14.2.2.7.3. na emissão de "declaração falsa";

14.2.2.7.4. na condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal no recolhimento de tributos pertinentes;

14.2.2.7.5. "fraudar" na execução do objeto, utilizando-se de artifícios para burlar a Fiscalização na intenção de entregar objeto com especificações técnicas inferiores ou prestar serviço com padrão de qualidade abaixo do contratado; e

14.2.2.7.6. na reincidência da prática de inadimplemento sancionável na forma do item 14.2.2.6, em prazo inferior a 60 (sessenta) meses.

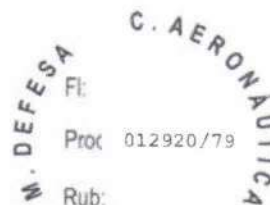
14.3. Entende-se por falhar na execução do objeto contratado, não concluir a entrega do bem ou da prestação do serviço de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

14.4. Entende-se por comportamento inidôneo a conduta intencional de tentar enganar ou corromper a Administração, ou qualquer de seus agentes, para obter vantagem indevida.

14.5. No surgimento de situação que invoque o cometimento de infração suscetível de aplicação de sanção administrativa, por notório e comprovado prejuízo ao interesse público, e esta não haver sido prevista, a Administração promoverá a dosimetria para a aplicação da sanção administrativa pertinente observando-se as oportunidades e limites da Lei, mantendo-se a razoabilidade em sua decisão.

14.6. O Processo Administrativo para Apuração de Irregularidade (PAAI) de aplicação da Declaração de Inidoneidade será encaminhado ao Ministro da Defesa, via cadeia de comando, após parecer da Consultoria Jurídica do Comando da Aeronáutica (COJAER), em face da competência exclusiva de aplicação da sanção pelo Ministro de Estado.





GAP - PV

14.7. A aplicação da sanção de Declaração de Inidoneidade ocorrerá quando do enquadramento em qualquer das situações abaixo:

14.7.1. tenha a empresa ou profissional sofrido condenação definitiva pela prática, por meios dolosos, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.7.2. tenha a empresa ou profissional praticado ato ilícito visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.7.3. a Administração venha a constatar que a empresa ou profissional não possuam idoneidade para contratar em virtude de atos ilícitos praticados; ou

14.7.4. constatação, pelo Tribunal de Contas da União, da ocorrência de fraude comprovada à licitação.

14.8. Os critérios para a Declaração de Inidoneidade, a qual não poderá exceder 5 (cinco) anos, nos termos da legislação vigente, serão definidos pelo Ministro de Estado da Defesa.

14.9. A reabilitação para esta sanção pode ser requerida pelo interessado após decorridos 2 (dois) anos de sua aplicação.

14.10. No ato de Declaração de Inidoneidade, a Unidade Gestora (Administração) que sugerir a aplicação da sanção deverá indicar no respectivo PAAI, para fim de reabilitação do fornecedor, o valor a ser ressarcido, com os acréscimos legais devidos e as eventuais obrigações.

14.11. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações já discriminadas ficará sujeita, também, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções administrativas de multas, a que se referem o Art. 86 (multas de mora) e o inciso II, do Art. 87 (multa por inexecução total ou parcial do objeto), da Lei n° 8.666/1993, conforme se seguem:

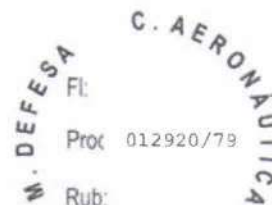
14.11.1. MULTA, POR INEXECUÇÃO PARCIAL DO OBJETO, ao percentual de 0,2% (dois décimos por cento) do valor contratado por Nota de Empenho, caso a CONTRATADA dê causa ao descumprimento de qualquer condição ajustada, em especial quando a CONTRATADA não se aparelhar convenientemente para a execução do objeto ou quando impedir ou dificultar os trabalhos de Fiscalização.

14.11.2. MULTA DE MORA, ao percentual de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor da obrigação inadimplida, por dia corrido de atraso no prazo de execução, ao limite de 90 (noventa) dias corridos de atraso.

14.11.3. MULTA DE MORA (FIXA), ao percentual de 10% (dez por cento), do valor contratado por Nota de Empenho, acima de 90 (noventa) dias de atraso.

14.11.4. MULTA COMPENSATÓRIA, ao percentual de 10% (dez por cento) do valor contratado por Nota de Empenho, quando a CONTRATADA der causa à inexecução total do objeto, sem prejuízo da multa de mora ou das demais sanções administrativas de que trata o Art. 87 da Lei 8.666/1993, em especial quanto a CONTRATADA incorrer nas seguintes condutas:

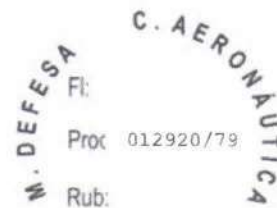
14.11.4.1. Cometer fraude fiscal;



GAP - PV

- 14.11.4.2. Apresentar documentação falsa;
  - 14.11.4.3. Fizer declaração falsa;
  - 14.11.4.4. Comportar-se de modo inidôneo;
  - 14.11.4.5. Deixar de entregar documentos exigidos e necessários à continuidade do processo;
  - 14.11.4.6. Não manter a proposta de preços;
  - 14.11.4.7. Fraudar a execução do objeto contratado;
  - 14.11.4.8. Executar o objeto parcialmente e não concluí-lo dentro dos prazos previstos até a sua caracterização de inexecução total; e
  - 14.11.4.9. Der causa, de qualquer forma, à fatos que impossibilitem a execução total do objeto.
- 14.12. A aplicação de multa de mora poderá, nos termos do instrumento convocatório, da Ata SRP, ser concomitante com as multas por inexecução total ou parcial do objeto ou com as outras sanções de que trata o Art. 87 da Lei n° 8.666/1993.
- 14.13. A Administração, considerando a conveniência e a oportunidade, poderá anular a Nota de Empenho, em virtude de atraso superior a 90 (noventa) dias corridos.
- 14.14. Uma vez aplicada, a multa deverá ser recolhida à Subseção de Finanças do GAP-PV (Tesouraria) no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação oficial que a impuser, mediante Guia de Recolhimento da União (GRU) preenchida com o valor a ser recolhido e o código de recolhimento informado pela CONTRATANTE, esgotados todos os recursos administrativos e o direito de ampla defesa.
- 14.14.1. Comprovando-se o não recolhimento da multa no prazo pertinente, será promovido o desconto da parcela mediante retenção sobre Notas Fiscais/Faturas pendentes de pagamento.
  - 14.14.2. Caso persista a negativa de pagamento da multa, o Ordenador de Despesas (titular ou delegado) da Unidade Gestora CONTRATANTE remeterá o Processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para análise e inscrição da empresa sancionada na Dívida Ativa da União (DAU) e/ou viabilizar a execução judicial, em função do valor envolvido.
- 14.15. A aplicação de multa não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
- 14.16. A aplicação de multas não exclui a possibilidade da imposição de outras sanções, que poderão ser aplicadas juntamente com as sanções de advertência e impedimento de licitar e contratar com a União.
- 14.17. Da aplicação de sanção administrativa, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação à CONTRATADA, por parte da Administração.
- 14.18. Todas as multas aplicadas poderão ser cumulativas, inclusive com a aplicação da sanção administrativa de impedimento de licitar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.





GAP - PV

**14.19.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**14.20.** No momento de sua ampla defesa, uma vez comprovado o impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, a Parte penalizada ficará isenta da aplicação das sanções administrativas voltadas à ocorrência pontualmente definida.

**14.21.** Para a aplicação de sanções administrativas será levada em consideração a gravidade da falta, a reincidência, o dano causado ao Interesse Público e o prejuízo causado à Administração.

**14.22.** Facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a multa por inexecução total ou parcial do objeto, de que trata o inciso II, do Art. 87, da Lei n° 8.666/1993, poderá ser aplicada, juntamente com as demais sanções administrativas previstas nos incisos I, III e IV, do Art. 87, da Lei n° 8.666/1993.

**14.23.** Todas as sanções administrativas serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF.

**14.24.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **15. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

**15.1.** Cabe ao Órgão Gerenciador desta Ata SRP a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

**15.1.1.** Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

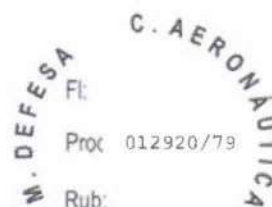
**15.1.2.** Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados; e

**15.1.3.** Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

## **16. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE ADERIDO À ATA**

**16.1.** Cabe ao Órgão Não Participante e solicitante da adesão, após a autorização do Órgão Gerenciador, efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata, conforme § 6º do Art. 22 do Decreto n° 7.892/2013.

**16.2.** Cabe ao Órgão Não Participante e solicitante da adesão os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador, conforme § 7º do Art. 22 do Decreto n° 7.892/2013.



GAP - PV

## 17. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

17.1. Em observação ao princípio de vinculação ao instrumento contratual a que se encontram obrigados a Administração e o detentor desta Ata de Registro de Preços, a Autoridade Competente neste processo é o Ordenador de Despesas do GRUPAMENTO DE APOIO DE PORTO VELHO (GAP-PV), a quem cabe, em instância administrativa final, decidir toda e qualquer questão vinculada à vigência desta Ata de Registro de Preços.

17.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à detentora da Ata de Registro de Preços a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.3. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Ata de Registro de Preços, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

17.3.1. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis de expediente administrativo na Administração.

17.4. A empresa proponente é única responsável pela fidelidade, legitimidade e correção das informações e dos documentos apresentados durante a vigência desta Ata e em qualquer fase da contratação.

17.5. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata de Registro de Preços será o da Seção Judiciária de Porto Velho - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro.

17.6. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n° 10.520/2002, do Decreto n° 5.450/2005, do Decreto n° 7.892/2001, da Lei n° 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto n° 3.722/2001, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2/2010, da Lei Complementar n° 123/2006, do Decreto n° 8.538/2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n° 8.666/1993 e suas modificações posteriores.

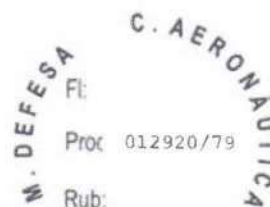
17.7. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 20/2017 - GAP-PV, o Termo de Referência pertinente e a proposta de preços da empresa HAZA CONSTRUÇÕES DE EDIFÍCIOS LTDA - EPP, declarada vencedora e adjudicatária dos itens elencados na presente Ata, tudo independentemente de transcrição.

17.8. Esta Ata de Registro de Preços, bem como o processo administrativo pertinente, permanecerão com vista franqueada aos interessados no GRUPAMENTO DE APOIO DE PORTO VELHO (GAP-PV), situada à Av. Lauro Sodré, s/n°, bairro Belmont, Porto Velho-RO, nos dias úteis e durante o horário de expediente administrativo.

17.8.1. Para vistas ao processo administrativo desta licitação, o interessado poderá estabelecer contato telefônico prévio para acertos necessários - (69) 3211-9705 / 3211-9704.

17.9. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra desta Ata de Registro de Preços ou do processo administrativo pertinente, no todo ou em parte, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do Art. 5°, III, da Lei n° 10.520/2002.







GAP - PV


17.10. As partes assinam a presente Ata de Registro de Preços, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Porto Velho-RO, 09 de outubro de 2017.

  
RENATO DA SILVA DOS SANTOS Maj Int  
Ordenador de Despesas do GAP-PV  
CONTRATANTE

  
Sr HARYSON OTACY BRITO ROMBALDI  
Empresa HAZA CONSTRUÇÕES DE  
EDIFÍCIOS LTDA - EPP  
DETENTORA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha

  
ALEXANDRE SILVA DOS SANTOS Maj Int  
Agente de Controle Interno do GAP-PV

  
MARIANA FERREIRA BARBOSA 3S SOB  
Gerente da Ata de Registro de Preços